



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

31ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

16 de agosto de 2011

**BRASÍLIA-DF
2011**

1 Aos dezesseis e dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, reuniu-se na sala de
2 reunião do Esplanada Brasília Hotel – Setor Hoteleiro Sul, quadra 3, bloco E, Asa Sul, Brasília-DF,
3 o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, para a sua Trigésima Primeira
4 Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes **Conselheiros e Conselheiras** representantes
5 de entidades da **Sociedade Civil**: **Altair dos Santos Lira** (Titular) – FENAFAL; **Ana José Alves**
6 **Lopes** (Suplente) – FNMN; **Célia Gonçalves Souza** (Titular) – CENARAB; **Cláudio Aparecido**
7 **da Silva** (Titular) – SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP; **Clédisson Geraldo do Santos**
8 **Júnior** (Titular) – UNE; **José Cristiano Lima** (Suplente) – CONEN; **Edson Luiz de França**
9 (Notório) – UNEGRO; **Francisco das Chagas Silva** (Titular) – RAN; **Eduardo Ferreira de**
10 **Oliveira** (Titular) – CNAB; **Gersonice Azevedo Brandão** (Titular) – INTECAB; **Helcias Roberto**
11 **Paulino Pereira** (Titular) – APN's; **Ivo Fonseca Silva** (Notório) – CONAQ; **João Carlos Borges**
12 **Martins** (Titular) – ANCEABRA; **Marcio Alexandre Martins Gualberto** (Titular) – CEN; **Maria**
13 **Aparecida de Matos** (Suplente) – RAN; **Maria Helena Azumezohero** – (Notório); **Maria Julia**
14 **Reis Nogueira** (Titular) – CUT; **Mirian Stanescon Batuli de Siqueira** (Titular) Fundação Santa
15 Sara Kali; **Sofia Débora Levi** (Titular) – CONIB; **Valdice Gomes da Silva** (Titular) –
16 FENAJ/CONAJIRA; **Rita Bárbara Garcez Lima** (Suplente) – INTECAB; **Vera Regina Paula**
17 **Baroni** (Titular) – AMNB; **Conselheiros e Conselheiras** representantes de **Órgãos**
18 **governamentais**: **Cláudia Regina Bonalume** (Suplente) – M. Esporte; **Danielle S. Barbosa**
19 (Suplente) – Casa Civil/PR; **Antonio Mario Ferreira** (Suplente) – MEC; **Isabella Cristine da**
20 **Rocha Albuquerque** (Suplente) MinC; **Letícia Miguel Teixeira** (Suplente) – M. Cidades;
21 **Alexandro da Anunciação Reis** (Suplente) Fundação Palmares; **Edvaldina Lopes Calmon**
22 (Suplente) – MDA; **Antônia da Silva Samir Ribeiro** (Titular) - MMA; **Aida Rodrigues Feitosa**
23 (Titular) – MMA; **Jozilene Maria de Góis** (Titular) - Ministério das Comunicações; **Joelmo Jesus**
24 **de Oliveira** (Titular) – MCT; **Mário Lisboa Theodoro** (Suplente) – SEPPIR; **Kátia Cristina**
25 **Favilla** (Titular) – MDS; **Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso** (Titular) – MPOG;
26 **Mario José Monteiro** (Suplente) MI; **Milena Souto Maior de Medeiros** (Suplente) – Casa Civil;
27 **Regina Célia Sant'Anna Adami Santos** (Suplente) – SPM; **Reginaldo Alvesdas Chagas**
28 (Suplente) – Min. Saúde; **Valeria Payê Pereira** (Titular) – FUNAI. **Convidados e Convidadas**:
29 **Rui Leandro S. Santos** – Ministério da Saúde; **Maria José Monteiro**, Assessora Técnica do
30 Ministério da Integração Nacional; **Cleide Almeida**, CNAB; **Nilo Sérgio Nogueia**, Assessor da
31 Seppir; **Terezinha Gonçalves**, Chefe de Gabinete da Seppir; **Marcos Willian**, assessor da Seppir;
32 **Maraisa Almeida**, Assessora da SEPPIR e **Carlos Alberto Junior**, Ouvidor da SEPPIR. As
33 atividades da Trigésima Primeira Reunião Ordinária iniciaram no dia dezesseis de agosto, com a
34 seguinte programação: **Item 1 – Abertura** – Os trabalhos da 31ª Reunião Ordinária do Conselho
35 Nacional de Promoção da Igualdade Racial do CNPIR/SEPPIR/PR foi iniciada pela ministra **Luiza**
36 **Helena Bairros**, Presidenta do CNPIR. A presidenta do Conselho, **Luiza Helena Bairros** procedeu
37 à abertura da 31ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
38 **Racial/SEPPIR/PR**, saudou os membros do Conselho presente à trigésima primeira reunião
39 ordinária do CNPIR e após verificação do quorum foi instalada a 31ª Reunião Ordinária do
40 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Conselheiro **Altair dos Santos Lira**
41 (Titular) – FENAFAL pediu para que fosse informado e debatido a mudança da data aprovada na
42 última reunião do Pleno antes de começar a pauta da reunião, a Ministra **Luiza Helena Bairros**,
43 informou os motivos da realização da reunião em apenas dois dias com o objetivo de priorizar as
44 reuniões das Comissões Permanentes conforme solicitação dos Conselheiros e Conselheiras e que
45 nas reuniões passadas, por causa da necessidade de apresentar a nova direção da Seppir e também
46 responder as solicitações de informações sobre os encaminhamentos da própria Seppir, serviu para
47 esses objetivos, informar e subsidiar o Pleno. Após o debate foi acordado realizar consulta prévia
48 aos Conselheiros e Conselheiras. **Item 02 – APROVAÇÃO DA ATA DA 30ª REUNIÃO**
49 **ORDINÁRIA DO CNPIR**: A ata da 30ª Reunião Ordinária do CNPIR foi tirada da pauta e será
50 apreciada na próxima 32ª reunião ordinária do CNPIR. **Item 03 – INFORMES**: A conselheira
51 **Sofia Débora** distribuiu os Cadernos CONIB aos Conselheiros e Conselheiras do CNPIR e da
52 SEPPIR com intuito de levar aproximação e informação com a Comunidade Judaica. A conselheira

1 **Bruna Vieira de Paula** informou sobre a avaliação da ONU sobre direitos humanos, chamada
2 Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Brasil passará em 2012 pela
3 segunda vez. O Brasil deverá entregar relatório sobre a situação de direitos humanos em fevereiro,
4 no qual a questão das políticas para eliminação do racismo será abrangida e a idéia é que todos os
5 conselhos participem. O Conselheiro **Altair Lira** informou sobre o Plano Brasil-EUA para
6 Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER), tornam público o lançamento do Edital para
7 premiação de 300 (trezentas) bolsas de ensino da língua inglesa para membros de organizações
8 sociais com comprovada atuação no combate ao racismo. As bolsas serão administradas pela
9 empresa Rosetta Stone, líder mundial no ensino de idiomas pela Internet, e serão válidas por 01
10 (um) ano. Esse programa foi possível graças a uma doação da Embaixada dos Estados Unidos no
11 Brasil como parte do acordo entre os dois países. Falou também sobre evento do Conselho Nacional
12 de Saúde sobre a Anemia Falciforme. O Conselheiro **Cláudio Aparecido** informou sobre o serviço
13 SOS Racismo da Assembleia Legislativa de São Paulo que tem um Disque Denúncia contra o
14 preconceito, a discriminação e a intolerância racial e cultural. Ele será o coordenador do SOS
15 RACISMO e solicitou que fosse incluída na pauta da 32ª Reunião Ordinária do CNPIR
16 apresentação do serviço SOS RACISMO. O Conselheiro **Clédisson Junior** informou sobre o 16º
17 Congresso Latino Americano e Caribenho de Estudantes (CLAE) com mais de cinco mil jovens
18 latino-americanos em Montevidéu, Uruguai, deixaram claro que ainda há muitos desafios pela
19 frente. Mas, o grau de unidade estudantil alcançado neste 16º encontro permitiu vislumbrar a
20 perspectiva de uma América Latina cada vez mais combativa e fortalecida, para juntamente com os
21 demais setores sociais, lutar por uma educação pública e de qualidade e por todas as outras
22 bandeiras do continente. Só o Brasil deslocou mais de 700 jovens de todos os cantos do país. O
23 Conselheiro **Márcio Alexandre** falou da publicação do Mapa da Intolerância Religiosa - Violação
24 ao Direito de Culto no Brasil 2011, cujo o objetivo do Mapa da Intolerância Religiosa é criar um
25 canal permanente de recebimento de denúncias de casos de violação do direito de culto e, ao mesmo
26 tempo, provocar o poder público a fazer valer as políticas públicas voltadas para a defesa da
27 liberdade religiosa em nosso país. Falou também da sua preocupação com a situação dos lixões no
28 Rio de Janeiro. A Conselheira **Maria Júlia** informou que a Secretaria de Combate ao Racismo da
29 CUT reuniu nos dias 28 e 29 de julho em São Paulo, os secretários e secretárias estaduais e dos
30 Ramos para a realização de uma Oficina que debateu e deliberou ações voltadas para o próximo
31 período. Informou também sobre a organização de um mapa com a realidade dos trabalhadores nos
32 bancos com recorte racial. A Conselheira **Valdice Gomes** informou sobre o Curso de Gênero, Raça
33 e Etnia para Jornalistas, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas e a ONU Mulheres –
34 Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, com
35 apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e da Secretaria de
36 Políticas para as Mulheres - SPM. O curso é gratuito, tem certificação da FENAJ e da ONU
37 Mulheres e vai acontecer em oito cidades: Belém (PA), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Manaus
38 (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Será realizado no
39 período de 8 de agosto a 1º de setembro de 2011, tendo carga horária de 8 horas/aula, das 18h às
40 22h. O programa está baseado em dois módulos e duas atividades pedagógicas: Gênero, Raça e
41 Etnia em Sociedade; Jornalismo, Ética e Diversidade; Leitura Crítica da Mídia; e Experiências e
42 Trajetórias Locais: Identificando Novas Fontes. O curso tem como objetivo preparar jornalistas,
43 profissionais da imprensa e estudantes de Jornalismo para a cobertura de pautas relacionadas a
44 gênero, raça e etnia. O Conselheiro **Helcias Roberto** informou e agradeceu a visita do Conselheiro
45 Ivo Fonseca, coordenador nacional da CONAQ, no Estado de Alagoas, onde participou da reunião
46 com dirigentes da coordenação Estadual dos Quilombolas Ganga Zumba sobre a enchente ocorrida
47 há um ano na CRQ Muquém e a visita ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da
48 Barriga. O Conselheiro **Joelmo de Oliveira** informou sobre o Programa de bolsas Ciências sem
49 Fronteiras, que é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização
50 da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira através do intercâmbio e da
51 mobilidade internacional. O projeto prevê a utilização de até 75 mil bolsas em quatro anos para
52 promover intercâmbio, de forma a que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no

1 exterior para manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação á tecnologia e
2 inovação; atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias
3 com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa e criar oportunidade
4 de pesquisadores das empresas receberem treinamento especializado no exterior. Falou da
5 articulação junto ao CNPQ pelo Deputado Luiz Alberto para garantir cotas raciais na seleção dos
6 bolsistas. O Conselheiro **Alexandro Reis** informou sobre o Seminário Nacional – A cultura como
7 veículo de erradicação da miséria, O evento que acontece nos dias 16, 17 e 18 de agosto, no St.
8 Peter Hotel, em Brasília, tem por objetivo reunir idéias, propostas e ações para o enfrentamento da
9 extrema pobreza a que estão expostos 16 milhões de brasileiros, a partir da promoção e valorização
10 da cultura, sobretudo, a cultura afro-brasileira. A conselheira **Vera Baroni**, informou sobre o 5º
11 Encontro Pernambucano das Mulheres de Terreiro e 1º Encontro Nordeste das Mulheres de
12 Terreiro, realizado nos dias 20 21 e 22 de julho, o encontro contou com a presença de autoridades
13 políticas como o prefeito do Recife, o Srº João da Costa e a secretária especial da mulher Rejane
14 Perreira, além da presença de grandes e importantes líderes religiosas (sarcedotas/Iyalorixás)
15 representantes de diversos terreiros e estados do Brasil. O encontro teve o objetivo de fortalecer a
16 luta das mulheres de terreiro e valorizar a sua ancestralidade e o seu saber. O Conselheiro **Antônio**
17 **Mario** informou sobre as propostas apresentadas pela SEPPIR e que estão sendo acolhidas pela
18 Cadara/MEC e considera importante essa articulação. A ministra **Luiza Bairos**, presidenta do
19 CNPIR, informou sobre a solicitação do Conselheiro Cláudio Aparecido para convidar os
20 Professores Nilma Lino Gomes e Antônio Gomes da Costa Neto apresentar ao Conselho os seus
21 pareceres, devido agenda não foi possível a presença dos mesmos, ficando a cargo do Ouvidor da
22 SEPPIR, **Carlos Alberto**, fazer as considerações sobre o assunto. O senhor **Carlos Alberto** falou
23 também sobre a denuncia da Conselheira Mirian Stanescon relacionada a situação dos Ciganos
24 informando que não foi protocolado na Ouvidoria e sim no Gabinete da ministra e encaminhado
25 para a Secretaria de Comunidades Tradicionais da SEPPIR. A ministra **Luiza Bairos**, presidenta
26 do CNPIR, informou sobre Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes,
27 as atividades acontecerão de 17 a 19 de novembro, em Salvador, marcando as celebrações do 20 de
28 Novembro – Dia da Consciência Negra, e do Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011,
29 conforme a resolução 64/169 da Organização das Nações Unidas (ONU). Participarão do encontro
30 políticos e representantes de movimentos sociais e chefes de Estado de diversos países com
31 população afrodescendente. A orientação da SEPPIR para a representação da sociedade civil no
32 evento é realizar um encontro com as entidades do movimento negro e que o CNPIR escolherá uma
33 comissão para organizar o evento da sociedade civil. **Item 04 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**
34 **DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SINAPIR):** A ministra
35 **Luiza Helena de Bairos**, Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial convidou
36 para fazer a Apresentação à senhora Terezinha Abigail Gonçalves da Silva, Chefia de Gabinete e Marcos
37 Willian Bezerra de Freitas, assessor técnico do Gabinete. Após a apresentação foi aberta inscrições para os
38 Conselheiros e Conselheiras falarem sobre a proposta de SINAPIR. **Item 05 – REUNIÃO DAS**
39 **COMISSÕES PERMANENTES:** Após o intervalo do almoço os Conselheiros e Conselheiras se reuniram
40 nas seguintes Comissões Permanentes: 1. Promoção e Defesa dos Direitos da Juventude Negra; 2.
41 Acompanhamento de Políticas e do Ciclo Orçamentário; 3. Atos Normativos / 6. Fortalecimento de
42 Conselhos; 4. Povos e Comunidades Tradicionais; 5. Proteção e Defesa dos Direitos das Mulheres Negras; 7.
43 Comunicação e Informação. **Item 06 – ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES:** Conselheiro
44 **Mário Lisboa Theodoro**, Presidente da Mesa Diretora, apresentou os seguintes encaminhamentos para
45 deliberação do Pleno do CNPIR. 1- **Apresentação e aprovação dos relatórios das Comissões**
46 **Permanentes:** Foram aprovados os relatórios por unanimidade após apresentação conforme relação a seguir.
47 **CP 1 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE NEGRA:** Relator: Artur
48 Sinimbu Silva, Assessor Técnico da Secretaria Executiva da SEPPIR/PR, **Relato e**
49 **encaminhamentos:** 1) **Conferência Nacional de Juventude:** Promover a realização de
50 conferências livres da juventude negra, para fortalecer a presença de delegados negros na
51 Conferência Nacional de Juventude e possibilitar a atuação desse delegados de modo integrado;
52 Realizar articulação entre **Comissão do CNPIR/SPAA/FIPIR** para potencializar a realização de
53 conferências livres da juventude negra; Formular material-base para subsidiar debates nas

1 conferências livres da juventude negra. Material deve conter: Expectativas em relação à
2 Conferência Nacional de Juventude colocar as políticas de juventude na centralidade pauta de
3 desenvolvimento; apresentação da SEPPIR e do CNPIR, pq a juventude negra precisa participar da
4 conferência, balanço das resoluções da última conferência. **Secretaria do CNPIR** deve avaliar
5 possibilidade de SEPPIR apoiar com recursos a publicação do material informativo para as
6 conferências livres; **Conselheiros de sociedade civil** farão proposta de material para conferências
7 livres até 26 de agosto. Haverá um outro material já com as contribuições das conferências livres
8 para a Conferência Nacional de Juventude. **Secretaria do CNPIR** deve enviar recomendação ao
9 **FIPIR** para que este realize interlocução com gestões locais a fim de que se envolvam na promoção
10 da participação da juventude negra e na organização das conferências livres; s conferências livres
11 devem contemplar algum mecanismo para incentivar a participação dos jovens negros de
12 comunidades quilombolas e de comunidades tradicionais de terreiro; **Secretaria do CNPIR** deve
13 avaliar possibilidade de SEPPIR apoiar com recursos o deslocamento de conselheiros do CNPIR
14 ligados à questão da juventude para apoiar a realização e participar de conferências livres; Divisão
15 de áreas prioritárias para realização de Conferências Livres da Juventude Negra, com base no
16 critério de priorização de número absoluto de homicídios no estado, priorizando assim as Unidades
17 da Federação mais violentas: Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas (Responsável: **Clédisson**
18 **Geraldo do Santos Júnior** (Titular) – UNE); Rio de Janeiro e São Paulo (**Cláudio Aparecido da**
19 **Silva** (Titular) – SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP); Bahia e Paraíba (José Cristiano Cruz
20 Lima (Suplente) – CONEN); **Secretaria do CNPIR** deve viabilizar que SEPPIR atue no sentido de
21 abrir as portas dos Conselheiros (mandando documento) para o diálogo com os organizadores dos
22 eventos escolhidos para abrigar as Conferências Livres da Juventude Negra; Na próxima reunião do
23 CNPIR, esta comissão deve discutir como está a articulação para a Conferência Nacional de
24 Juventude. 2) **Funcionamento da Comissão Permanente de “Promoção e Defesa dos Direitos da**
25 **Juventude Negra”**: - Crítica à falta de presença dos representantes governamentais dos diferentes
26 órgãos na Comissão. Foi considerado um desrespeito à ausência dos conselheiros do Governo
27 designados para a Comissão. - Relatoria e presidência da comissão serão alternadas. Para cada
28 período, vai ter um relator e um coordenador. Por enquanto serão só com conselheiros da sociedade
29 civil. Coordenador e relator mandato até dezembro 2011: Coordenador: **Clédisson Geraldo do**
30 **Santos Júnior** (Titular) – UNE. Relator: José Cristiano Cruz Lima (Suplente) – CONEN.
31 Coordenador e relator mandato 2012: Coordenador: **Cláudio Aparecido da Silva** (Titular) –
32 SERUMANO BOCADA FORTE HIP HOP, Relator: José Cristiano Cruz Lima (Suplente) –
33 CONEN. 3) **Cronograma de funcionamento da Comissão**: Foi feito um diálogo sobre Juventude
34 e a área de Ciência e Tecnologia, no qual se discutiu: A inserção da juventude negra nas profissões
35 tecnológicas. Necessidade de formular demandas ao MCT e articular com a frente parlamentar
36 negra emendas de comissões para realizar essa política ano que vem, SEPPIR, CNPIR e Ministro da
37 Ciência e Tecnologia precisariam fazer uma reunião. **Secretaria do CNPIR** deve avaliar essa
38 possibilidade dessa reunião. Perspectiva de ampliar articulação com MCT. **Nota sobre relato: Onde**
39 **constam palavras em negrito e em vermelho, significa destaque para quem é o responsável ou**
40 **responsáveis para aquele encaminhamento ou prazo para cumpri-lo.** CP 2 -
41 **ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E**
42 **DO CICLO ORÇAMENTÁRIO E GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO**
43 **DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: RELATO**: A primeira reunião da Comissão Permanente
44 de Acompanhamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ciclo Orçamentário,
45 ocorrida nos dias 16 e 17 de agosto, teve início com a definição da sua coordenação com a
46 indicação do Coordenador, o conselheiro Altair dos Santos Lira, e o conselheiro Francisco das
47 Chagas Silva como relator. Para compor o GT de Acompanhamento do Plano Brasil sem Miséria,
48 foram indicados o conselheiro Eduardo Ferreira de Oliveira, a conselheira Vera Baroni e a
49 colaboradora Cleide de Almeida. Partindo para a sistemática de trabalho desta comissão, foram
50 lidos os pontos da Resolução Nº 4, de 14 de abril de 2011 que tratam de suas funções e missão.
51 Como dinâmica para realização dos trabalhos, foi proposto que esta comissão se reúna
52 mensalmente, por 1 ou 2 dias, conforme a necessidade. Para os trabalhos específicos, foi proposta a

1 divisão desta comissão em pequenos grupos que ficaram com a incumbência de se aprofundar nos
2 temas e dar suporte para o coletivo. Dentro das estratégias foi proposta a articulação de parcerias,
3 convidando os Ministérios e Órgãos que tratam dos temas pontuados na Resolução, para auxiliar
4 com informações, esclarecimentos e dados necessários aos nossos estudos e formulação de
5 indicadores, metas. Demandaremos dados para a SEPPIR, de suas Secretarias e setores bem como
6 de órgãos e unidades de outros Ministérios, como Planejamento, Desenvolvimento Social e
7 Combate à Fome, além do Ministério Público e outros. Entendemos ainda que a Comissão
8 Permanente de Acompanhamento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ciclo
9 Orçamentário, precisa dialogar com as demais Comissões Permanentes, bem como mantê-las
10 informadas dos trabalhos realizados, para conhecimento e colaboração. Para tanto sugerimos à
11 Secretaria Executiva CNPIR a criação de um “grupo de e-mails”. Como ponto inicial do trabalho
12 em si, saímos com a tarefa de requerer do Ministério do Planejamento o PPA e a LDO, no sentido
13 de levantar o que estão propondo para o PPA, que atenda a política de promoção da igualdade
14 racial, a partir do nosso próprio plano, da SEPPIR. O Ministério do Planejamento nos informa que,
15 em levantamento preliminar, detectou que a dimensão racial, além de estar presente no Programa
16 Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, também aparece em 17 outros
17 programas do PPA 2012-2015. Cabe lembrar que fazemos parte do Fórum Inter-conselhos criado
18 justamente para tratar do PPA e todo o ciclo orçamentário, instância adequada para desenvolvermos
19 nosso trabalho de estudos, levantamentos e monitoramento, já que o PPA passou a fase de propostas
20 genéricas e está no seu momento de ajustes internos, nos cabendo agora a participação em uma
21 terceira fase que é do seu monitoramento a partir de 2012, até os seus desdobramentos nas próximas
22 LDO e LOA. Outra ação proposta para este início é a apresentação do Programa Enfrentamento ao
23 Racismo e Promoção da Igualdade Racial, dando seqüência ao trabalho iniciado com a apresentação
24 da nova metodologia do PPA, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Outra ação
25 será de comparar o PLANAPIR e o PPA, para verificar o que foi lançado e que não consta no PPA.
26 Especificamente para os seguimentos judeu, palestino, cigano, negro, e indígena. Outra estratégia
27 proposta é a participação de representantes da Comissão Permanente de Acompanhamento das
28 Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ciclo Orçamentário nas conferências pertinentes às
29 temáticas propostas na Resolução Nº 4. Neste caso, a SEPPIR, indicaria um pequeno grupo, de três
30 pessoas no máximo, aos Ministérios realizadores destas conferências. A Comissão definiu pela
31 participação nas Conferências de: 01. Saúde - 30/11 a 04/12/2011 - Maria Helena Azumezohero,
32 Francisco das Chagas Silva, Altair dos Santos Lira. 02. Assistência Social - 07 a 10/12/2011 - Maria
33 Helena Azumezohero, Francisco das Chagas Silva. 03. Arranjos Produtivos Locais - 08 a 11 de
34 Novembro de 2011 - Francisco das Chagas Silva. 04. Segurança Alimentar e Nutricional - 07 a
35 10/11/2011 - Vera Regina Paula Baroni, Maria Helena Azumezohero, Altair dos Santos Lira. 05.
36 Políticas para as Mulheres - 12 a 14/12/2011 - Vera Regina Paula Baroni, Maria do Rosário
37 Cardoso, Maria Helena Azumezohero. 06. Direitos da Pessoa Idosa - 23 a 25/11/2011 - Eduardo
38 Ferreira de Oliveira. Entre os objetivos da participação, se destacam a possibilidade de incluir
39 propostas dos grupos componentes do CNPIR, defender as políticas de promoção da igualdade
40 racial e absorver os resultados das conferências e de conhecer os planos setoriais e suas interfaces
41 com a promoção da igualdade racial. A importância desta ação significa por exemplo o
42 monitoramento da demanda na temática da saúde das populações negra, cigana, judaica e indígena,
43 da inclusão da dimensão étnica na questão da Segurança alimentar, defender os direitos dos idosos
44 negros, dentre outras bandeiras importantes. **COMPOSIÇÃO: Altair dos Santos Lira -**
45 **FENAFAL - Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes;**
46 **Francisco das Chagas Silva - RAN- Rede Amazônia Negra; Maria Helena Azumezohero -**
47 **CONAMI BRASIL- Conselho Nacional de Mulheres Indígenas; Vera Regina Paula Baroni -**
48 **Articulação de Mulheres Negras Brasileiras; Eduardo Ferreira de Oliveira - CNAB-**
49 **Congresso Nacional Afro-Brasileiro; Maria do Rosário Cardoso - Ministério do**
50 **Planejamento; Cleide de Almeida - CNAB- Congresso Nacional Afro-Brasileiro**
51 **(Colaboradora); Letícia Miguel Teixeira - Ministério das Cidades; Este é o resultado inicial do**
52 **trabalho do grupo. CP 3 - COMISSÃO DE ATOS NORMATIVOS E CP 6 - COMISSÃO DE**

1 **FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS: Considerações Gerais:** Antes da análise da
2 proposta de Decreto pelos integrantes das Comissões, foram apresentadas considerações gerais a
3 serem observadas quando da elaboração da nova proposta: Deve-se considerar que, em algum
4 momento, pode ser necessária a realização de alterações no Estatuto da Igualdade Racial. O Sistema
5 em si não deve se concentrar apenas na estrutura proposta. É preciso observar as ações objetivas
6 existentes e as políticas públicas em andamento. As responsabilidades de cada integrante do
7 Sistema devem estar definidas no documento, especialmente, no caso de Estados e Municípios. A
8 proposta de regulamentação deve definir quais os benefícios para adesão ao Sistema, de forma a
9 garantir o incentivo necessário. Embora em alguns casos haja necessidade de constar informações
10 gerais, é preciso evitar a repetição, na regulamentação, de dispositivos já previstos na Lei que está
11 sendo regulamentada. Para o representante do MCT, a utilização da terminologia Sistema mais
12 atrapalha do que ajuda. No entendimento dele, trata-se de uma rede e não de um Sistema. Há um
13 risco de que, mantendo Sistema ao invés de rede, seja construída uma regulamentação que não seja
14 efetiva. É preciso observar que o tema da promoção da igualdade racial é muito subjetivo, o que
15 requer cuidado com a terminologia utilizada. É preciso considerar, ainda, que a pauta prevista para
16 um Sistema como o proposto requer uma base social muito forte para sua sustentação e que, talvez,
17 a idéia de um Sistema não seja a mais adequada. **Considerações Específicas: CAPÍTULO I, DA**
18 **NATUREZA E FINALIDADE,** Não há comentários. **CAPÍTULO II, DOS OBJETIVOS:** Os
19 objetivos previstos na regulamentação reafirmam o disposto no Estatuto, o que é importante para
20 fins de informações gerais iniciais. Entretanto, há ausência do inciso IV do art. 48 do Estatuto, que
21 trata da articulação de planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade racial.
22 Sugere-se a inclusão desse inciso. **DA COMPOSIÇÃO:** Sugere-se que na composição do Sistema,
23 sejam inseridos os seguintes Ministérios: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério de
24 Minas e Energia – MME; Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Comunicação da
25 Presidência da República. A representante da Casa Civil ponderou que a composição está muito
26 extensa, o que se agravará com a inclusão de outros Ministérios e pode dificultar o funcionamento
27 do Sistema. Sugere-se que a composição seja concentrada nos Ministérios específicos citados no
28 Estatuto da Igualdade Racial. No que se refere à parte de incentivos, deve-se definir na
29 regulamentação como se dará esse incentivo e não apenas informar que o Governo Federal
30 incentivar a adesão ao Sistema. Deve-se, ainda, separar Estados e Municípios da sociedade civil e
31 da iniciativa privada. Em relação à adesão, é preciso definir os requisitos necessários para
32 participação da sociedade civil e da iniciativa privada no Sistema. É preciso observar que há
33 incoerência na terminologia usada na regulamentação quando menciona-se incentivo de um lado e
34 requisito de outro. Deve-se definir como a SEPPIR pretende atuar na parte de adesão dos órgãos
35 integrantes do SINAPIR. É preciso definir qual o papel que a SEPPIR adotará. **DA ESTRUTURA:**
36 Há um entendimento de que a sociedade civil e a iniciativa privada não devem integrar o sistema
37 como órgãos executores, embora algumas instituições da sociedade civil também executem políticas
38 de promoção da igualdade racial. Sugere-se que a sociedade civil e a iniciativa privada sejam
39 classificadas de outra forma, por exemplo, como órgãos auxiliares. Foi solicitado que a SEPPIR
40 proponha uma melhor definição para essa classificação específica. A regulamentação deve
41 estabelecer responsabilidades para cada um dos órgãos que integram o Sistema. **DAS FORMAS**
42 **DE GESTÃO:** Deve-se definir de forma mais detalhada os requisitos necessários para habilitação
43 em cada uma das gestões propostas no Sistema. Embora a estrutura do órgão de promoção da
44 igualdade racial seja importante, é preciso considerar, para definição das gestões, outros pontos,
45 como por exemplo, as políticas efetivamente implementadas pelos Estados e Municípios. É preciso
46 definir quais os benefícios de habilitação em cada gestão, ou seja, o que será assegurado a um ente
47 que esteja classificado na gestão plena do SINAPIR. Considerando que o objetivo final é que os
48 entes integrantes do Sistema estejam classificados na gestão plena do Sistema, deve-se estabelecer
49 algo que evite a permanência de um ente na gestão básica. Na definição das gestões, é preciso ter o
50 cuidado de não criar critérios que sejam desestimuladores da participação no Sistema. A SEPPIR
51 pode assumir a responsabilidade de definir os requisitos necessários para habilitação nas gestões
52 definidas para o Sistema, entretanto, é preciso estabelecer na regulamentação quais os critérios

1 serão utilizados pela SEPPIR para definição desses requisitos. Alguns pontos apresentados pelo
2 representante do Ministério da Saúde: para o Município que não for pleno, isso significa que o
3 Estado deverá assumir as responsabilidades necessárias? Os requisitos a serem definidos poderiam
4 ser baseados em pactos. Para o pleno funcionamento do SINAPIR, há necessidade de que o
5 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial seja deliberativo e paritário. Deve-se estudar
6 uma forma de dividir o poder na gestão com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
7 Racial. Uma forma de incentivo adicional à adesão por parte dos Municípios é estabelecer que, caso
8 essa adesão não ocorra, os recursos seriam repassados apenas ao Estado. **CAPÍTULO III, DAS**
9 **CONFERÊNCIAS NACIONAL, ESTADUAIS, DISTRITAL, MUNICIPAIS E REGIONAIS:**
10 O caráter das Conferências regionais não é municipal. Sugere-se que essa afirmação seja retirada da
11 proposta. Uma forma de incentivo adicional à adesão por parte dos Municípios é estabelecer que,
12 caso essa adesão não ocorra, os recursos seriam repassados apenas ao Estado. **CAPÍTULO IV, DO**
13 **FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL:** Há um
14 entendimento de que, como a parte do FIPIR foi apresentada e discutida no último diálogo realizado
15 com aquele Fórum, o CNPIR não deve intervir em questões específicas de estrutura e
16 funcionamento do FIPIR. Sugere-se, apenas, a substituição de organismos de promoção da
17 igualdade racial por *órgãos* de promoção da igualdade racial. **CAPÍTULO V, DOS ÓRGÃOS**
18 **EXECUTORES:** Observar que possíveis alterações na parte que define os tipos de gestão podem
19 implicar em modificações na competência dos órgãos executores. No caput do art. 11, sugere-se a
20 seguinte redação: “Compete aos órgãos executores do SINAPIR, no que couber:”. No inciso IV,
21 sugere-se que a redação seja: “elaborar e implementar *políticas* e planos de promoção da igualdade
22 racial”. Avaliar a possibilidade de separar as competências dos órgãos públicos das competências da
23 sociedade civil e iniciativa privada. Essa questão será resolvida se a sociedade civil e iniciativa
24 privada não forem classificadas como órgãos executores, conforme sugestão realizada. Na parte que
25 define que os órgãos executores devem disponibilizar informações à SEPPIR, retira o termo “na
26 medida do possível” e registrar que trata-se de uma obrigação dos órgãos executores. É preciso
27 pensar em uma forma de comprometer, de fato, os órgãos executores com a política de promoção da
28 igualdade racial. Deve-se estabelecer responsabilidades específicas para esses órgãos. A política de
29 promoção da igualdade racial deve ser uma política de estado e não de governo. Deve-se inserir um
30 parágrafo prevendo que as informações recebidas pela SEPPIR dos órgãos executores serão
31 repassadas aos respectivos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, para monitoramento.
32 **CAPÍTULO VI, DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO SINAPIR:** Sugere-se que esse capítulo não
33 trate apenas de ações afirmativas e sim de políticas públicas de promoção da igualdade racial, que
34 incluem as ações afirmativas como uma dessas políticas. Sugere-se que sejam mais detalhadas quais
35 são as políticas de ação afirmativa existentes (trabalhar conceito e definição), ainda que de forma
36 apenas exemplificativa. Evitar a utilização de expressões como “entre outros”. **CAPÍTULO VII,**
37 **DA ATUAÇÃO DO SINAPIR:** Sugere-se que sejam inseridas as Convenções e tratados
38 internacionais no rol dos documentos a serem observados na atuação do SINAPIR. Como há outros
39 planos, legislações e outros dispositivos que precisam ser observados na atuação do SINAPIR,
40 sugere-se que seja inserido um parágrafo registrando, de forma geral, a necessidade de observação
41 desses instrumentos adicionais relacionados à promoção da igualdade racial. **DO**
42 **FINANCIAMENTO:** Estabelecer que as transferências voluntárias mencionadas referem-se
43 apenas aquelas relacionadas com a promoção da igualdade racial. Verificar a possibilidade de criar
44 uma identificação para as ações de promoção de igualdade racial no orçamento federal, que
45 possibilite o acompanhamento da execução dessas ações. **CAPÍTULO VIII, DISPOSIÇÕES**
46 **GERAIS:** Sugere-se a exclusão da parte final do art. 20: “e em colaboração com os conselhos e
47 gestores estaduais, distrital e municipal. **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:** O SINAPIR se
48 apresenta como uma importante alternativa de consolidação de um Estado que leve em
49 consideração a necessidade de assegurar equidade e direitos a todos os seus cidadãos. Em
50 conformidade com Artigo 10º do Regimento Interno, o Conselho Nacional de Promoção da
51 Igualdade Racial, na 31ª Reunião Ordinária, delibera pela Realização do 1º Encontro Nacional de
52 Conselhos de Promoção da Igualdade Racial dos Estados e Municípios. Com previsão de abertura

1 no dia 21 março de 2012, data emblemática na luta internacional contra o Racismo e Discriminação
2 Racial. **JUSTIFICATIVA:** A implantação do SINAPIR requer que os estados e municípios estejam
3 comprometidos com a implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial que atenda o
4 estabelecido na lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto prevê a
5 criação de conselhos nos âmbitos estaduais e municipais como elemento importante na constituição
6 do SINAPIR. A realização do Encontro Nacional de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial
7 garantirá a participação da sociedade civil e conseqüente engajamento na formulação,
8 monitoramento e consolidação do SINAPIR. **OBJETIVO GERAL:** Estruturar os conselhos de
9 promoção de igualdade racial para acompanhar e monitorar as ações do SINAPIR. **OBJETIVOS**
10 **ESPECÍFICOS:** 1. Contribuir para o fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais; 2.
11 Aprimorar as políticas públicas de promoção da igualdade racial nos Estados e Municípios; 3.
12 Articular os conselhos com o FIPPIR; 4. Constituir um Fórum Nacional de conselhos da Igualdade
13 Racial; 5. Pautar nas agendas dos Estados e Municípios a criação de conselheiros da Igualdade
14 Racial. **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO:** O plenário do CNPIR reunido em sua 31ª sessão
15 ordinária solicita ao Ministério da Integração Nacional que envide esforços no sentido de que a
16 Comunidade Quilombola Muquém da cidade de União dos Palmares/Alagoas, atingida por
17 catástrofe natural em 2010 e ainda hoje vivendo em situação precária e calamitosa, receba atenção
18 das políticas desse Ministério. Célia Gonçalves de Souza - Centro Nacional de Africanidade e
19 Resistência Afro-Brasileira – CENARAB; Edson Luiz de França - União de Negros pela Igualdade
20 – UNEGRO; Helcias Roberto Paulino Pereira - Agentes de Pastoral Negros –APN’s; Reginaldo
21 Alves Chagas - Ministério da Saúde – MS; Joelmo Jesus de Oliveira - Ministério da Ciência e
22 Tecnologia – MCT; Mariana Barbosa Cirne - CASA CIVIL/PR; Danielle Barbosa – Casa Civil;
23 Marcos Willian – SEPPPIR. **CP 4 - POVOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E**
24 **LIBERDADE RELIGIOSA:** Coordenadora: Sofia Débora Levy – Titular CONIB, Relatora:
25 Isabelle Albuquerque – suplente MINC. Propostas – Segurança Alimentar: B - Em co-participação
26 com a SEPPPIR/ SECOMT – Ronaldo. 1- Apreciar os PPA’s e realizar o cruzamento das propostas já
27 existentes, de modo que sirvam de referência para outras comunidades e povos; 2- Acompanhar e
28 analisar os desdobramentos da proposta elaborada pela Comissão Permanente 5 ao CONSEA –
29 SAN notadamente quanto aos problemas referentes à água; - produção nas comunidades; - política
30 de fomento à agricultura familiar; - questões orçamentárias. C - Em co-participação com o
31 Ministério de Ciência e Tecnologia: 1- Apreciar os projetos em andamento no MCT que possam
32 contemplar demandas oriundas da comissão IV; D - Identificar quais são os avanços existentes em
33 outros grupos, como comunidades quilombolas, bem como projetos em desenvolvimento em outros
34 ministérios, como há na secretaria de direitos humanos, a servirem de base para outros grupos a
35 serem contemplados. E – Solicitar ao CONSEA os encaminhamentos das conferências I, II e III ,
36 para melhor informar os representantes que comparecerão à Conferência Nacional, em especial
37 quanto às ações da CP5 - Comissão Permanente 5. Solicitar à CNPIR que encaminhe um ofício,
38 aos Conselhos Estaduais existentes – de Promoção à igualdade Racial, solicitando que informe
39 quais ações são desenvolvidas para os Povos, Comunidades Tradicionais e Liberdade Religiosa.
40 Propostas gerais: A - Em co-participação com o Ministério de Integração Nacional e Ministério da
41 Educação, propor: 1- Processo de alfabetização para adultos que contemplem a diversidade dos
42 alunos; 2- Formação e capacitação de Professores com esse propósito; 3- Integrar as ações políticas
43 de caráter nacional e regional nas diversas instâncias intermediárias. - Que a SEPPPIR envie - com
44 antecedência - a pauta das reuniões do conselho com informações que subsidiem os membros para
45 as reuniões. F – Fortalecer a idéia das DAP’s - Declaração de Aptidão ao Pronaf. G- Dados Solicitar
46 ao MDS- qual política de segurança alimentar atual, evidenciando que não contempla as
47 comunidades indígenas e ciganas, e sugerir as etapas de: - mapeamento georeferenciamento; -
48 mapeamento quantitativo e qualitativo; - inventário sócio-econômico; - trabalhar na inclusão
49 produtiva de comunidades de terreiro e do povo cigano; - MinC para a próxima reunião trará banco
50 de dados do edital prêmio culturas Ciganas – 151 práticas inscritas no edital. H – Elaborar e redigir
51 um documento de apoio formal do CNPIR e da SEPPPIR ao povo Cigano; - Propor uma política
52 pública em mídia da imagem positiva do povo cigano. - Propor o mapeamento sócio-econômico das

1 comunidades ciganas; I – Povos Ciganos – dificuldades: 1- Registro de nascimento; 2- Necessidade
2 de mobilização dos jovens ciganos para atuar sócio-politicamente quando aos seus direitos e
3 possibilidades de desenvolvimento; 3- Estratégia de comunicação para os povos ciganos. J-
4 Elaborar mapeamento de povos e comunidades: ribeirinhas, Pescadores, povos da floresta, dentre
5 outros, contemplados ou não por políticas públicas. Proposta de data para a próxima reunião (a
6 definir). Conferências que acontecerão e pontuamos a importância dos membros desta comissão
7 participarem: 1 -Segurança alimentar; 2 - Povos e comunidades tradicionais; 3- Pesca e Agricultura;
8 4 - Desenvolvimento Rural Sustentável; 5- Águas; 6- Defesa Cível e Assistência Humanitária; 7-
9 Arranjos Produtivos Locais; 8 – Saúde; 9 – Mulheres; 10 – juventude; Liberdade Religiosa - não
10 existe, ainda, indicativos de data nem Ministério Articulador, mas reforçamos a importância da
11 realização dessa conferência. Presentes: Ekedí Sinha –Titular INTECAB; Rita Bárbara – suplente –
12 INTECAB; Sofia Débora Levy – Titular CONIB; Maria Aparecida – Suplente; Ronaldo Oliveira –
13 SEPPIR; Nilo Nogueira – SEPPIR; Maria José – Suplente Ministério da Integração; Isabelle
14 Albuquerque – suplente MINC; Miriam Stanescon Batuli de Siqueira – Titular Fundação Santa Sara
15 Kali; Dina Lopes – suplente MDA; Ivo Fonseca – CONAQ. **CP 5 - REUNIÃO COMISSÃO DE**
16 **PROTEÇÃO E DEFESA DAS MULHERES NEGRAS:** A Comissão Permanente de Proteção e
17 Defesa das Mulheres Negras, reunidas durante a 31ª Reunião do Conselho Nacional de Promoção
18 da Igualdade Racial, composta pelas Conselheiras Ana José Alves- FNMN, Antonia Samir – MMA
19 E Maria Júlia Nogueira –CUT, com o apoio técnico da Gerente de Projetos da SEPPIR Mônica
20 Alves, vem propor esse Conselho, Proteção social universal e por plenos direitos para as
21 trabalhadoras domésticas brasileiras, através de: - Fomentar e articular junto ao governo, a
22 sociedade em geral e em especial aos Sindicatos a adesão das trabalhadoras domésticas as entidades
23 representativas da categoria. – Assegurar que as mulheres negras tenham direitos iguais aos demais
24 trabalhadores e trabalhadoras, tais como: - Formalização do vínculo empregatício; - Proteção
25 Previdenciária; - Jornada de trabalho conforme a CLT; - Salários iguais para as funções iguais; - 13
26 Salário; - Garantir nacionalmente, que todas as trabalhadoras sejam remuneradas conforme
27 preceitua a Constituição, art.7: - Garantir e divulgar as recomendações da Convenção 189 da OIT
28 que trata do Trabalho Doméstico, desenvolvendo Campanha Nacional para a ratificação da mesma;
29 - Divulgar para empregadores que exploram o trabalho doméstico infantil; - Criar mecanismos para
30 que as leis já existentes, em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) sejam asseguradas de
31 forma a garantir que os diversos direitos das mulheres sejam exercidos na prática; - Promover e
32 proteger os direitos humanos das mulheres, por meio da plena implementação de todos os tratados,
33 convenções, acordos nacionais e internacionais e leis que o Brasil é signatário; - Implementar um
34 programa de prevenção e atenção à saúde da mulher trabalhadora, para assegurar o atendimento às
35 especificidades de cada ocupação; - Garantir e ampliar a rede de atendimento à saúde da mulher
36 negra; - convidar a FENATRAD para participar, debater e propor ações efetivas no combate a
37 precarização e rever a reformulação do Programa Trabalho Domestico Cidadão; - A comissão
38 propõe que a SEPPIR e o MCTI promovam uma política de Fomento a temática da Dermatologia e
39 Estética de Pele Negra. Há uma lacuna de conhecimento nessa área, uma vez que a pele negra
40 apresenta especificidades fisiológicas o que implica em tratamento específico, tanto para
41 dermatoses quanto para procedimentos estéticos; - Que a SEPPIR apóie a participação dos membros
42 desta Comissão na III Conferencia de Políticas para as Mulheres e também na I Conferencia
43 Nacional do Trabalho Decente; - Estabelecer junto ao Ministério da Saúde condições igualitárias de
44 acesso à saúde para as mulheres negras; - Reconhecer e apoiar às organizações de matriz cultural
45 afro-brasileiro, em especial as religiosas e as de mulheres negras; COORDENADORA: Não
46 definiu. RELATORA: Antonia Samir – Ministério do Meio Ambiente (MMA). **CP 7 -**
47 **COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: Coordenação: Valdice Gomes, Relator: Marcio**
48 **Alexandre. Princípio:** – O entendimento da comunicação como estratégia e não como serviço.
49 **Recomendação:** Observar as resoluções da I Confecom e o Capítulo VI do Estatuto da Igualdade
50 Racial – Da Comunicação: **Eixos: 1 - Mídia Étnico-racial.** Estratégia – Mapeamento e
51 fortalecimento da rede de comunicação étnico-racial; - Mapeamento da mídia étnico-racial por meio
52 de cadastro on-line; - Mapeamento da demanda e promoção de capacitação para comunicadores; -

1 Estimular financeiramente a expansão da campanha "Igualdade Racial é pra Valer"; - Estratégias de
2 sustentação financeira – 10% dos anúncios institucionais contemplarem a mídia étnica; - Emendas
3 parlamentares: iniciativa de grupos de comunicadores propondo aos parlamentares emendas
4 destinadas a Seppir com fim específico de fortalecimento da mídia étnico-racial; - Editais – tendo a
5 campanha como mote; - Elaboração de um boletim informativo impresso para as comunidades de
6 difícil acesso à internet (quilombolas, ciganos); - Estimular a divulgação das informações nas rádios
7 comunitárias; **2 - Grande imprensa – Mídia:** - Estratégia – Seppir provocar as direções das
8 grandes empresas de comunicação, usando como argumentos: leis, conferências, Campanha
9 Igualdade Racial é pra Valer, ações afirmativas, etc..., visando a adesão à campanha e sensibilização
10 para uma cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados à população negra brasileira e
11 outros grupos étnicos invisibilizados e/ou discriminados; - Realização de seminários para
12 comunicadores; - Acompanhar e intervir na elaboração do Marco Regulatório da Comunicação. **3 -**
13 **Publicidade e – Entretenimento (novelas, programas televisivos):** - Promover seminários com
14 publicitários e estudantes da área; - Definir cotas raciais para execução de verba publicitária do
15 governo federal; - Observar deliberações da I Confecom. **4 - Ensino de comunicação – jornalista,**
16 **radialista, publicitário:** - Intervenção junto ao Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes
17 curriculares do curso de jornalismo em processo de revisão. - Observar Lei 10.639-03 na formação
18 dos comunicadores. - **Criar o hotsite do CNPIR;** - **Reunião mensal de trabalho.** Valdice Gomes
19 da Silva - Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ/CONAJIR; Márcio Alexandre - Coletivo de
20 Entidades Negras – CEN; Aida Rodrigues Feitosa – MMA; Jozilene Maria de Góis - Ministério das
21 Comunicações – MiniCom; Juci Machado – SEPPIR. **Comissão do Ano Internacional dos**
22 **Afrodescendentes:** Foi aprovada a comissão usando como critério um membro de cada comissão
23 permanente, sendo os seguintes componentes: 1- Clédisson Geraldo dos Santos Júnior, União
24 Nacional dos Estudantes – UNE; 2- Vera Regina Paula Baroni, Articulação de Mulheres Negras
25 Brasileiras – AMNB; 3- Gersonice Azevedo Brandão - Ekedí Sinhá, Instituto Nacional da Tradição
26 e Cultura Afro - Brasileira – INTECAB; 4- Maria Julia Reis Nogueira, Central Única dos
27 Trabalhadores – CUT; 5- Edson Luiz de França, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO e 6-
28 Valdice Gomes da Silva, Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ/CONAJIRA. **Comissão**
29 **para evento na Serra da Barriga:** Foi proposta pelo Conselheiro Helcias a realização de um
30 evento na Serra da Barriga em Alagoas, também foi usado o critério de um membro de cada
31 comissão permanente, sendo os componentes os seguintes conselheiros e conselheiras: 1- José
32 Cristiano Cruz Lima (Suplente) – CONEN; 2- Francisco das Chagas Silva, Rede Amazônia Negra –
33 RAN; 3- Ivo Fonseca Silva, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –
34 CONAQ; 4- Helcias Roberto Paulino Pereira, Agentes de Pastoral Negros –APN's; 5- Ana José
35 Lopes, Fórum Nacional De Mulheres Negras – FNMN e 6- Márcio Alexandre Martins Gualberto,
36 Coletivo de Entidades Negras – CEN. **Recomendação número 002 - Hino à Negritude:** Foi
37 aprovada a Recomendação número 002 que recomenda o apoio, divulgação e implementação do
38 hino á Negritude nos eventos ou sessões que tenham como tema a questão racial, de autoria do
39 professor Eduardo Ferreira. **Resolução número 005 sobre a Realização do 1º Encontro Nacional**
40 **de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial dos Estados e Municípios:** Foi proposto pela
41 Comissão Permanente de FOMENTO À CRIAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DE
42 CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL, sendo aprovada por unanimidade. **Recomendação**
43 **número 003:** O plenário do CNPIR reunido em sua 31ª sessão ordinária solicita ao Ministério da
44 Integração Nacional que envide esforços no sentido de que a Comunidade Quilombola Muquém da
45 cidade de União dos Palmares/Alagoas, atingida por catástrofe natural em 2010 e ainda hoje
46 vivendo em situação precária e calamitosa, receba atenção das políticas desse Ministério, sendo
47 aprovada por unanimidade. **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, a presidenta do CNPIR,
48 Ministra **Luiza Helena Bairros**, encerrou os trabalhos da 31ª Reunião Ordinária do Conselho
49 Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

PAUTA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPIR/SEPPIR/PR

16 e 17 de agosto de 2011

Local: Esplanada Brasília Hotel - SHS, quadra 3, bloco E, Asa Sul, Brasília-DF

PAUTA

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR
2. Aprovação da Ata da reunião anterior
3. Informes Gerais
4. Informes Seppir
5. Leitura e aprovação da pauta
6. Reunião das Comissões Permanentes
7. Discussão plenária
8. Encerramento.

PROGRAMAÇÃO

16 de agosto de 2011

- 09h00 - Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR
09h10 - Aprovação da Ata da reunião anterior
9h20 - Informes Gerais
10h00 - Informes Seppir
10h30 - Leitura e aprovação da ordem do dia

Intervalo

- 10h45 - Apresentação da proposta do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)
11h15 - Debate
12h00 - Sistemática de trabalho das Comissões, de acordo com a Resolução Nº 4, de 14 de abril de 2011
12h15 - 14h00 - Almoço.
14h00 - 17h30 - Reunião das Comissões Permanentes

- 1. Promoção e Defesa dos Direitos da Juventude Negra**
 - Apresentação e debate das iniciativas do Governo Federal.
 - Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.
- 2. Acompanhamento de Políticas e do Ciclo Orçamentário**
 - Conferência Nacional de Saúde.
- 3. Atos Normativos / 6. Fortalecimento de Conselhos**
 - Propostas para o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

4. Povos e Comunidades Tradicionais

- Avaliação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Novas propostas.
- Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

5. Proteção e Defesa dos Direitos das Mulheres Negras

- Convenção da OIT e Recomendação sobre Trabalho Digno para Trabalhadoras Domésticas. Propostas para a reformulação do Programa Trabalho Doméstico Cidadão.
- Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres.

7. Comunicação e Informação

- Propostas para o mapeamento e fortalecimento das organizações de mídia negra.

17 de agosto de 2011

09h00 - 10h30 - Conclusão do trabalho das Comissões.

Intervalo

10h45 - Apresentação dos Relatórios das Comissões 3/6 e 7.

11h15 - Debate

12h00 - Intervalo almoço

14h00 - Apresentação dos Relatórios das Comissões 1 e 5.

14h30 - Debate

15h30 - Apresentação dos Relatórios das Comissões 2 e 4.

16h00 - Debate

17h00 - Encerramento.